

# NOTAS ECONÓMICAS

9

**JEAN-PAUL FITOUSSI** ANATOMIA DO CRESCIMENTO DÉBIL

**ANTÓNIO MARTINS** INFLUÊNCIA DA FISCALIDADE NA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS

**MARGARIDA MELLO / ANTÓNIO BRANDÃO** GRAU DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PORTUGUESA DO LEITE

**JOÃO REBELO** O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE COMERCIALIZAÇÃO / TRANSFORMAÇÃO

**JOÃO LOUREIRO** INTERVENÇÃO CAMBIAL DO BANCO DE PORTUGAL

**FRANÇOIS PAUMIER-BIANCO** GENÈSE, VIE ET FIN DES MONOPOLES DE TÉLÉCOMMUNICATIONS

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Notas bibliográficas



Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon (1997)

**A Nova Era das Desigualdades**, Oeiras, Celta Editora, 154 p. (Trad. de Miguel Serras Pereira e João Félix). Edição original: *Le nouvel âge des inégalités*, Paris, Éditions du Seuil, 1996.

A sociedade francesa continua a enriquecer ao mesmo tempo que se desenvolve a fractura social. A questão social está no centro das preocupações mas nem sempre é correctamente analisada. Perante o aparecimento de novas desigualdades e de um novo tipo de sofrimento social, a sociedade francesa revela a sua perplexidade. Perde-se entre duas visões do mundo igualmente negativas: o fatalismo relativamente à inevitabilidade das transformações económicas e o proteccionismo primário que acusa a mundialização de estar na origem de todos os problemas. O presente é mal compreendido, daí resultando o disfuncionamento da política e um maior distanciamento desta em relação à sociedade. O impasse político só pode ser superado se se verificar uma tentativa de renovação das análises, que passará necessariamente por uma mais correcta descodificação do mundo que nos rodeia. Com esta obra, Fitoussi e Rosanvallon propõem-se contribuir para esse fim. O livro constitui, por um lado, uma síntese dos trabalhos de um grupo de reflexão que compreendeu diversos investigadores e que foi coordenado pelos autores. Constitui, por outro lado, um prolongamento e enriquecimento de muitas ideias desenvolvidas por Fitoussi, na sua obra *Le débat interdit*, de 1995 (disponível em português numa edição da Terramar, de 1997, com o título *O debate-tabu*), e por Rosanvallon em *La nouvelle question sociale*, de 1995.

A constatação da existência de um mal-estar francês, testemunhado por múltiplas manifestações de violência e descontentamento, constitui o ponto de partida dos autores. Este mal-estar, em grande medida associado ao contexto de desemprego de massa, é um fenómeno muito profundo e

complexo, resultante da crise da organização social e das representações colectivas. Mas a sua origem é mal compreendida em consequência do esgotamento de um modelo que servia de quadro de análise do mundo. A sociedade é cada vez menos legível e a questão social — tantas vezes reduzida ao crescimento da exclusão — é incorrectamente analisada devido à inadequação dos instrumentos de produção estatística. Esses instrumentos, concebidos nos anos 50 para apreenderem uma sociedade «de classes, estanque, organizada hierarquicamente» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997:12), revelam-se incapazes de traduzir adequadamente uma sociedade em que os modos de diferenciação social se alteraram profundamente, tornando-se mais individualizados mas também mais instáveis.

Assim, a questão social é vítima de três perversões fundamentais que inspiram e viciam as análises políticas: a confusão entre política e bons sentimentos, como se aquela fosse mais uma questão de boas intenções do que de escolhas alternativas; o gosto pela política-espectáculo, que conduz à multiplicação das exhibições de generosidade e boa vontade; e o maniqueísmo dos discursos que opõem incluídos a excluídos, mas não permitem entender a exclusão como fruto de um processo.

A análise económica é insuficiente para perceber o mal-estar social porque ele não é de natureza exclusivamente económica. É certo que o desemprego de massa contribui para gerar um sentimento de insegurança e vulnerabilidade. Mas, ao lado do sofrimento gerado pelas alterações de natureza económica, desenvolve-se um novo sofrimento resultante dos efeitos destrutivos do individualismo moderno. O individualismo é entendido pelos autores numa acepção lata, quer enquanto evolução moral (triunfo da lógica mercantil e retraimento ensimesmado), quer enquanto facto sociológico (fragilização dos laços comunitários e tendência para a atomização social), quer enquanto princípio filosófico (valorização da autonomia e autenticidade). Para Fitoussi e Rosanvallon,



parece ter encontrado fim a fase globalmente positiva do individualismo na sua vertente emancipadora. No momento actual, a independência torna-se vulnerabilidade, factor de insegurança, pois cada vez mais o indivíduo é levado a assumir o encargo de si próprio, «a dar à sua vida um sentido que já nada de exterior ao próprio indivíduo organiza» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 18). De acordo com os autores, a liberdade já não é algo a conquistar mas um pesado imperativo.

Como o sofrimento sentido na esfera privada, gerador da nova insegurança social, não é apenas decorrente da crise económica, não basta a superação da crise para o eliminar: ele tem que ser compreendido na sua natureza antropológica. A crise é assim simultaneamente económica e antropológica. Manifesta-se pela disfunção das instituições de instauração do laço social e de solidariedade (crise do Estado-providência), das relações entre economia e sociedade (crise do trabalho) e dos modos de constituição das identidades sociais e colectivas (crise do sujeito).

Também se alteraram profundamente as relações entre o indivíduo e a comunidade. O destino de cada um está menos ligado ao destino comum, podendo o indivíduo contar cada vez menos com a acção colectiva para a resolução dos seus problemas. Os indivíduos encontram-se mais emancipados mas também mais abandonados a si mesmos, destituídos de apoios e solidariedades, mais inseguros. Este mal-estar identitário, tem diversas manifestações, de que são exemplos mais expressivos o sofrimento psíquico, a crise do laço conjugal (que fragiliza os laços de parentesco e leva à desigualdade dos indivíduos perante o direito de família), a delinquência, a toxicomania, etc..

Fitoussi e Rosanvallon analisam, de seguida, um tema central desta obra: o aparecimento de novas formas de desigualdade ao lado das desigualdades tradicionais. Consideram que existe um sentimento generalizado na sociedade francesa de um aumento das desigualdades que as estatísticas, no entanto, não conseguem traduzir — visto que são incapazes de reflectir o novo tipo de

desigualdades que se foi desenvolvendo. As desigualdades tradicionais, ou estruturais, que resultam da hierarquia de rendimentos entre categorias sociais, cresceram, pois o desemprego de massa conduziu a uma repartição dos rendimentos desfavorável aos salários em proveito dos lucros e outros rendimentos. Ao lado das desigualdades estruturais surgem novas formas de desigualdade perante o trabalho, o endividamento, os efeitos negativos da urbanização, as incivildades, a implosão do modelo familiar, as novas formas de violência, etc., que reflectem uma diferenciação no interior de categorias sociais e se sobrepõem às anteriores. Estas últimas não são apreendidas nem pelas estatísticas nem pelo discurso político, que se afasta progressivamente do quotidiano dos indivíduos que é marcado por um profundo sofrimento, já que as novas desigualdades vêm perturbar as representações que os indivíduos fazem de si próprios.

Segundo os autores, o passado tem um peso excessivo, visto que as condições iniciais são demasiado determinantes dos destinos pessoais. Entre as condições iniciais avulta a probabilidade de desemprego que se encontra muito desigualmente distribuída entre os indivíduos. São mais vulneráveis ao desemprego os que trabalham em empresas de mão-de-obra intensiva, que sofrem a concorrência dos países de baixos salários. O mesmo se passa com os que têm profissões menos qualificadas, já que o progresso técnico não é neutro e deprecia a falta de qualificação. Também o nível elevado das taxas de juro valoriza a acumulação passada (mesmo em capital humano) e deprecia o futuro, tornando mais vulneráveis os que não realizaram qualquer acumulação. De igual modo, como as desigualdades de rendimento aumentaram, desenvolveram-se as desigualdades de património devido ao efeito da capacidade de poupança e à dinâmica das taxas de juro. Estes condicionalismos contribuem para valorizar o passado, pondo em causa o princípio da igualdade de oportunidades. Nestas condições, mesmo os factores aleatórios perfeitamente acidentais que ocorram nas trajectórias individuais acabam por ter efeitos marcantes. A sorte e o

acaso têm um papel demasiado importante na determinação dos destinos pessoais, porque originam desigualdades que se cristalizam. Assim, as trajectórias individuais vão depender não só das condições iniciais mas também da relação de cada um com factores aleatórios.

Segundo os autores, é prioritário desenhar um novo contrato social que defina os domínios em que a sociedade pretende promover a igualdade e as diferenças que consente. A igualdade, enquanto projecto social, deverá compensar as desigualdades iniciais que resultam da diversidade dos seres humanos, das evoluções económicas, técnicas, geopolíticas, etc.. Este projecto de sociedade equivale a uma recusa do determinismo subjacente à ideia de que o futuro se explica pelo passado. O Estado poderá desempenhar um papel fundamental neste projecto, restabelecendo as condições de igualdade de oportunidades, permitindo assegurar a possibilidade de uma mobilidade social ascendente. Mas isso implica que ele se assumia, «não apenas como gestor cauteloso do presente, mas também como produtor de futuro, como encenador de longo prazo» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 68). Deverá agir, em primeiro lugar, contra a desigualdade mais marcante das condições iniciais, o desemprego. Em segundo lugar, através de uma política de investimento público, de renovação urbana e de educação que actue a favor da igualdade de oportunidades, permitindo dar a cada um o capital inicial. Em terceiro lugar, o sistema de protecção social deverá ser mais eficaz, impedindo que acidentes de percurso de ordem económica, social ou afectiva se transformem em factores determinantes dos destinos pessoais.

Os autores prosseguem com uma reflexão sobre a actual fase da mundialização caracterizada pela globalização dos mercados de bens no conjunto do planeta, não apenas no interior dos países ricos (terceira mundialização). Na sequência desse processo ter-se-ia operado uma substituição das vítimas, pois observa-se uma redução das desigualdades estruturais entre países e regiões enquanto aumentam as desigualdades estruturais e dinâmicas no interior dos velhos países industrializados. Esta reflexão é

conduzida no capítulo terceiro, onde se reconhecem muitas das ideias que Fitoussi já havia desenvolvido na sua obra *Le débat interdit*.

O triunfo da mundialização económica produziu efeitos desestruturantes pois gerou crescimento mas à custa do emprego, multiplicou as riquezas mas também as desigualdades e tornou mais complexo o exercício da política económica. Os autores defendem que estas dificuldades, no entanto, não obrigam a renunciar ao crescimento económico ou a desmantelar a protecção social. Pelo contrário, o crescimento do comércio internacional pode produzir efeitos de arrastamento sobre o crescimento económico e a competição entre economias pode constituir um estímulo ao aperfeiçoamento dos mecanismos sociais.

O perigo maior não advirá do crescimento acelerado do comércio internacional mas sim da intensificação da lógica das partes de mercado, que implica a degradação da situação económica de todos. Ao nível das relações internacionais impera a regra da não cooperação que, essa sim, põe em jogo uma dinâmica responsável por um menor crescimento mundial.

Em vez de assumir atitudes de resignação perante o carácter inelutável dos desenvolvimentos impostos pela mundialização, segundo os autores, a Europa deveria organizar-se de modo a poder retirar daí o maior proveito. Todavia, o cumprimento da unificação económica e monetária não será suficiente. Importará, conjuntamente, reforçar o laço social e cívico. Também o Estado-providência não constitui obstáculo à competitividade. Não é a sua sobrevivência que está em questão, mas a sua capacidade de acompanhar a transformação social.

Que respostas políticas podem então ser encontradas para enfrentar as novas desigualdades e inseguranças? A falta de novas perspectivas remete muitos analistas para antigas nostalgias. É o caso do projecto social-democrata que cristaliza uma parte das esperanças no sector socialista. É ainda o caso do renascimento do ideal do patriotismo republicano que recusa a mundialização, a ditadura dos mercados e as regras da





tecnocracia europeia. Estes dois modelos políticos, todavia, não dispõem de respostas concretas para os desafios lançados pela mundialização nem propõem soluções para os problemas de civilização que são sofridos.

Em alternativa às visões nostálgicas, encontra eco considerável nalguns sectores progressistas uma corrente utópica que propõe a superação do trabalho como fundamento da vida social. Recusa a mercantilização do conjunto da vida social, e propõe em alternativa o desenvolvimento da relação do homem consigo próprio, com os outros e com a natureza, assente apenas na humanidade. Em termos concretos esta perspectiva pode traduzir-se na defesa da redução maciça do tempo de trabalho, na criação de um rendimento de cidadania, etc.

Interrogam-se os autores se o desemprego de massa não pode constituir um bom pretexto para «desencantar o trabalho» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 115) e preconizar a saída da ordem mercantil. Apesar de reconhecerem o lado positivo da radicalidade deste discurso, já que ele remete para uma dimensão utópica fundamental na política, a resposta à questão anterior é claramente negativa. Argumentam, por um lado, que não é certo ter chegado ao fim a era do pleno emprego e, por outro lado, que a redução, mesmo que substancial, dos tempos de trabalho poderá modificar os modos de vida, mas não irá diminuir uma certa centralidade do trabalho. Como Gorz recorda, o trabalho e as actividades microssociais completam-se entre si. O trabalho liberta os indivíduos dos laços de dependência particulares que regem a esfera microssocial ou privada. Esta liberta os indivíduos da alienação e coacção de um trabalho em que eles são anónimos, em que não se pertencem e não visam os seus fins pessoais próprios.

Esta corrente inspirou o projecto de rendimento de cidadania, de atribuição de um rendimento mínimo a todos os indivíduos na base do laço de cidadania, independentemente da sua contribuição produtiva. Na opinião dos autores, este projecto contém os riscos de relegar para segundo plano a questão do emprego e de reforçar a ideia da dissociação entre a esfera económica e a esfera social da solidariedade,

permitindo encontrar uma convergência paradoxal entre as perspectivas ultraliberais e as utópicas de esquerda. Segundo os autores, a garantia de um rendimento suficiente deve continuar ligada ao direito e ao dever para cada cidadão de realizar uma certa quantidade de trabalho, pois é da aceitação de deveres para com a sociedade que decorrem os direitos sobre ela. Recusam vivamente aquilo que designam como «divórcio indemnizado entre o económico e o social» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 120) e propõem, alternativamente, a organização de novos mecanismos de inserção. As realidades presentes exigirão, acima de tudo, uma reflexão sobre a expressão do direito ao trabalho e a reformulação do contrato salarial.

Assim, nem a via da resignação nem a da utopia se apresentam aceitáveis aos olhos dos autores. Numa perspectiva optimista, recusam a ideia de que a sociedade se encontra bloqueada. Essa ideia corresponde à expressão moderna do conservadorismo, pois o único bloqueio que existe é ao nível da análise da sociedade. Os políticos, distanciados da sociedade, analisam-na incorrectamente. Importa, então, inventar aquilo que designam como uma «política da experiência» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 133) baseada no quotidiano das pessoas, a partir da qual poderão traçar-se as reformas gerais. Só deste modo poderão apreender-se correctamente questões centrais como as da coesão e da identidade. Importa, pois, que a política desenvolva a sua função cognitiva.

Para Fitoussi e Rosanvallon, um dos objectivos fundamentais da democracia é a redução das desigualdades. O princípio da igualdade de oportunidades é, na perspectiva dos autores, um dos fundamentos da democracia pois esta é inconciliável com o determinismo social produzido pelas condições de partida. Caminhar no sentido da igualdade de oportunidades equivale a enfraquecer o peso das dotações iniciais e dos factores aleatórios na determinação das trajectórias individuais. Assim, é indispensável encontrar formas de compensar as diferenciações de ordem biográfica, tanto no que se refere às condições de partida, como no que se refere aos acidentes de percurso que ocorrem ao longo do ciclo de vida que,

permanentemente, põem em causa o princípio da igualdade de oportunidades. Impõe-se, portanto, uma reavaliação das categorias e mecanismos da redistribuição. Consideram que a redistribuição instantânea do rendimento deverá ser substituída por uma «reatribuição permanente dos bens primários» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 138). Isto supõe duas intervenções: a primeira, de natureza estrutural, procuraria reduzir a diversidade de condições iniciais, dotando cada indivíduo com um «capital» mínimo que o tornasse menos vulnerável; a segunda intervenção, de natureza conjuntural, seria assegurada pelo sistema de protecção social e consistiria na reconstituição desse capital quando ocorressem acidentes de percurso. A igualdade social corresponderia assim a uma «capacidade contínua e igual de acesso a equipamentos colectivos (habitação, educação, transportes, saúde, etc.)» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 138).

Paralelamente ao desenvolvimento de um novo tipo de política social, importará definir uma nova filosofia de direitos sociais. Os tradicionais direitos-liberdades são insuficientes para garantir a justiça social. O mesmo pode dizer-se dos direitos-créditos que têm sido, desde há dois séculos, a figura exclusiva dos direitos sociais, entendidos como direitos de saque. A luta contra a exclusão exige, hoje, segundo os autores, o desenvolvimento de um terceiro tipo de direitos, os direitos de integração que se fundamentam numa lógica de pertença à sociedade. Aos direitos sociais clássicos acrescentam um imperativo moral, pois não é só o direito à sobrevivência mas também o direito de viver em sociedade que é afirmado.

Fitoussi e Rosanvallon propõem, assim, a renovação do contrato social. É nesse projecto de sociedade que a economia, com as suas dimensões políticas e morais, deverá participar.

Num comentário final, podemos considerar que esta obra apresenta vários aspectos que mereceram o nosso particular apreço. Referimo-nos, antes de mais, ao facto de constituir uma análise clara das transformações que a sociedade sofreu nos últimos anos, ajudando-nos a entender a

natureza da crise contemporânea. Referimo-nos, também, à ênfase colocada na importância de assumir uma cultura política diferente se se pretender salvaguardar os alicerces da democracia. Referimo-nos, ainda, ao facto de acentuar o carácter eminentemente político da ciência económica, lembrando que esta não se deve perder em ilusões tecnocráticas na procura de soluções únicas, supostamente optimizadoras dos problemas sociais que se colocam.

Pelas notas anteriores, parece-nos que esta obra se apresenta como uma referência indispensável para a reconstrução intelectual e política que se impõe no campo da esquerda. Congratulamo-nos, pois, com a edição da tradução portuguesa, apesar desta última nem sempre nos merecer uma apreciação positiva. Resta-nos desejar que não se verifique um défice de vontade política que inviabilize a concretização das reformas propostas.

Maria Clara Murteira

